

O Brasil cristão da Frente Parlamentar Evangélica: luta pela hegemonia e revolução passiva

Ricardo Ramos Shiota¹

Michelli de Souza Possmozer²

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i39.56449>

Resumo: O objetivo deste artigo é qualificar o protagonismo que a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) vem assumindo sob o governo Bolsonaro desde abril de 2019, quando foi criada a página da FPE no Facebook. Além do manifesto da FPE, foram analisadas 209 publicações, entre 01 de abril e 31 de outubro de 2019, e uma série de eventos ocorridos no corrente ano. O estudo vale-se de categorias analíticas de Gramsci como Estado ampliado, hegemonia, aparelhos privados de hegemonia, intelectuais orgânicos, partido e revolução passiva para interpretar as relações entre evangélicos e esse governo de extrema direita. Os resultados evidenciam a articulação de entidades particulares, de cunho religioso ou não, com a FPE. Eles são discutidos e compreendidos em termos de uma luta pela hegemonia na sociedade brasileira por parte dessas igrejas evangélicas representadas pela FPE que tem como projeto de país uma forma de revolução passiva que assume contornos específicos no Brasil do século XXI.

Palavras-chave: Frente Parlamentar Evangélica, Hegemonia, Revolução Passiva.

Christian Brazil from the Evangelical Parliamentary Front: struggle for hegemony and passive Revolution

Abstract: The purpose of this article is to lay out the role that the Evangelical Parliamentary Front (FPE) has been assuming under the Bolsonaro government since April 2019, when the FPE Facebook page was created. In addition to the FPE manifesto,

¹ Bolsista de Pós-doutorado Capes pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Email: rrshiota@gmail.com.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), desde março de 2019. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), graduada no curso de Comunicação Social, Jornalismo, pela Ufes e jornalista registrada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Curso Complementação Pedagógica com habilitação em Letras/Português pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Email: michellispo@gmail.com.

209 publications were analyzed, between April 1 and October 31, 2019, and a series of events that took place this year. The study draws on Gramsci's analytical categories such as expanded state, hegemony, private hegemonic apparatus, organic intellectuals, party and passive revolution to interpret the relationship between evangelical Christians (evangelicals) and this far-right government. The results show the articulation of private entities, whether religious or not, with the FPE. They are discussed and understood in terms of a struggle for hegemony in Brazilian society by these evangelical churches represented by the FPE whose country project is a form of passive revolution that takes on specific outlines in 21st century Brazil.

Keywords: Evangelical Parliamentary Front, Hegemony, Passive Revolution.

Brasil cristiano del Frente Parlamentario Evangélico: lucha por la hegemonía y la revolución pasiva

Resumen: El propósito de este artículo es calificar el protagonismo que viene asumiendo el Frente Parlamentario Evangélico (FPE) en el gobierno de Bolsonaro desde abril de 2019, cuando se creó en la página de la FPE y en el Facebook. Además del manifiesto de la FPE, fueran analizadas 209 publicaciones entre el 1 de abril y el 31 de octubre de 2019, y una serie de eventos que tuvieron lugar este año. El estudio utiliza las categorías analíticas de Gramsci como Estado expandido, hegemonía, dispositivos privados de hegemonía, intelectuales orgánicos, partido y revolución pasiva para interpretar las relaciones entre los evangélicos y el gobierno Bolsonaro. Los resultados muestran la articulación de entidades privadas, religiosas o no religiosas, a la FPE. Son discutidos y entendidos en términos de una lucha por la hegemonía en la sociedad brasileña por parte de las iglesias evangélicas representadas por la FPE que poseen como proyecto de país una forma de revolución pasiva que toma contornos específicos en el Brasil del siglo XXI.

Palabras clave: Frente Parlamentario Evangélico, Hegemonia, Revolución Passiva.

Recebido em 29/10/2020 - Aprovado em 04/12/2020

Introdução

A atuação dos evangélicos na política, a constituição de uma bancada e de uma Frente Parlamentar Evangélica vem sendo estudadas por diversos pesquisadores brasileiros (ALMEIDA, 2019; DIP, 2018; PRANDI e SANTOS, 2017; TREVISAN, 2013; DUARTE, 2012; MACHADO e BURITY, 2014). Freston (1994) aborda que, após o fim do período da Ditadura Militar, a partir de 1986, começa a ocorrer o que ele

chamou de uma irrupção pentecostal na política, quando parlamentares evangélicos passam a ser candidatos oficiais das igrejas. Como sintetiza Py (2020), os evangélicos constituíram-se, inicialmente, como grupo de pressão nas eleições para a Assembleia Constituinte no final do ano de 1986. Nesse período, há um aumento de deputados federais pentecostais, sobretudo da denominação Assembleia de Deus. Com o progressivo crescimento do eleitorado evangélico, forma-se uma bancada de parlamentares evangélicos que tentou oficializar-se como Frente Parlamentar no ano de 2003, mas esse processo se arrasta por 12 anos, até 2015, quando foi alcançado o número necessário de parlamentares para a formalização da frente. Enquanto a bancada evangélica é formada por deputados e senadores exclusivamente evangélicos, a Frente Parlamentar Evangélica, como aparato jurídico institucional no interior do legislativo federal, integra parlamentares cristãos vinculados a outras religiões, como espíritas e católicos. Ainda conforme Py (2020), a Frente Parlamentar Evangélica, oportunamente, adquiriu força com as alianças políticas promovidas pelo lulismo, beneficiou-se da guinada à direita ocorrida no Brasil, tendo sido ator decisivo no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e, atualmente, converteu-se em bastião do bolsonarismo.

Os militares e a transição para a “Nova República” criaram as condições ideais para o advento dos evangélicos na sociedade e na política brasileiras. “O país estava mal em diversos índices. Na área da educação, a ditadura militar realizou grandes estragos” (FERREIRA, 2018, p. 52). O endividamento externo, a desvalorização cambial, o processo inflacionário e uma “sensação de descontrole da economia” atormentavam a vida dos brasileiros mais pobres, que amargavam difíceis condições de vida. Com a abertura política e a Constituinte, viveu-se um rico movimento da sociedade civil e grupos organizados em defesa de suas bandeiras e interesses, sobretudo, de grupos religiosos de direita, que formaram eficiente *lobby* na Constituinte com o apoio dos políticos conservadores do centrão.

Desde o governo Sarney, as concessões de rádio e televisão dos diferentes governos têm servido aos interesses dessas organizações religiosas. Como que em contraponto à teologia da libertação, os evangélicos descobriram a política, a própria capacidade de criar um discurso político específico e bases eleitorais disciplinadas, o que significa a possibilidade de converter o capital religioso não só em capital econômico, como também em mandatos políticos. Nas eleições de 1989, o pastor Armando Correa da Silva disputou a presidência pelo PMB (FREIRE, CARVALHO, 2018, p. 141), marcando a presença dos evangélicos na “Nova República”. Desde 1989, temos visto a ascensão meteórica dos evangélicos e de políticos que falam em nome dos evangélicos na sociedade brasileira, e, atualmente, como tentaremos mostrar nesse artigo, as lideranças

conspiram pela conquista da hegemonia e, por conseguinte, do poder de Estado, mas não se trata de um projeto emancipatório, como veremos.

A emergência desses atores tem sido destaque na imprensa nacional, sobretudo no último ano, quando evangélicos ocuparam cargos importantes no atual governo, como a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, e o ministro da Casa Civil, Onix Lorenzoni, declarado publicamente pelo presidente Jair Bolsonaro como “terrivelmente evangélico” (GORTÁZAR, 2019, *on-line*). Segundo um levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), em 2018, foram eleitos sete senadores e 84 deputados federais, sendo que 40 destes foram reeleitos. No pleito de 2014, foram eleitos três senadores e 75 deputados federais evangélicos, com um total de 39 reeleitos. Logo, o número de parlamentares evangélicos eleitos e reeleitos vem aumentando a cada eleição, tendo ocorrido um aumento de mais de 100% do número de senadores no último pleito (DIAP, 2018).

Diante desse cenário, a problemática³ deste artigo versa sobre como parlamentares evangélicos brasileiros têm se organizado e atuado em conjunto com outras entidades privadas no governo Bolsonaro. O objetivo do texto é qualificar a atuação da Frente Parlamentar Evangélica no governo Bolsonaro. Para tanto, além da consulta bibliográfica a livros e artigos publicados em periódicos *on-line* acerca da atuação dos evangélicos na arena política, analisamos publicações da página da FPE no Facebook, entre o dia 01 de abril de 2019 e 31 de outubro do mesmo ano, os documentos da ata de eleição e posse da nova diretoria da FPE (CONGRESSO NACIONAL, 2019) e o *Manifesto à nação: O Brasil para os brasileiros* (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018).

Tais materiais são analisados e interpretados à luz do arcabouço teórico de Antonio Gramsci que, evidentemente, possui limites teóricos e metodológicos, relacionados às próprias circunstâncias espaço-temporais nas quais sua obra se constrói; a saber, nas primeiras décadas do século XX na Itália, em uma fase particular do modo de produção capitalista, ainda fordista e em trânsito para a dominância dos grandes monopólios. Ademais, a tradução dos princípios teórico-metodológicos de Gramsci deve considerar a experiência colonial e escravocrata das nossas “revoluções passivas”, uma vez que “na ‘via prussiana’ houve ruptura com o ‘livre-câmbio’ defendido pelos ingleses, por conseguinte, enfrentamento da questão nacional. No caso brasileiro, Fernandes

³ Os dados foram coletados por Michelli Possmozer e fazem parte de uma pesquisa de doutorado em andamento. O artigo foi apresentado à disciplina Artesanato Intelectual e Produção Científica do PPGSP/UENF em dezembro de 2019 e adquiriu essa forma final após diversas revisões, em um ano de diálogo e colaboração entre os autores. Michelli Possmozer figura como coautora em virtude das normas da revista.

mostra que nossas matrizes históricas são coloniais” (SHIOTA, 2014, p. 25). As formas de dominação estrangeira modificam-se ao longo da história, do colonialismo direto e indireto, “à dominação pela dependência econômica, tecnológica, política e cultural mantida pelo imperialismo e pelo imperialismo total” (SHIOTA, 2014, p. 25). A formação social brasileira tem traços coloniais e escravistas que a tornam distinta da formação social italiana, ainda que considerássemos a experiência sulista em contraste com o norte industrializado. Apesar disso, alguns conceitos de Gramsci permitem lançar luzes sobre as imbricadas relações entre política e religião na sociedade brasileira contemporânea.

Valemo-nos de categorias analíticas como Estado ampliado, hegemonia, partido, aparelhos privados de hegemonia, intelectuais orgânicos e revolução passiva no sentido de que são seminais, não só para pensar o movimento operário, como também para iluminar o fenômeno dos evangélicos na política. Gramsci (2007, p. 244) conceitua o Estado mediante a fórmula “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção”. Dessa maneira, distingue consenso e coerção, Estado e governo, na medida em que o Estado abarca elementos e processos que ocorrem no âmbito da sociedade civil. Mas não se trata de uma sociedade civil harmoniosa, ela vive um conflito consigo mesma, o conflito entre as classes sociais que se funda na contradição entre trabalho e capital. Do interior dessa sociedade civil emerge o poder de Estado com sua burocracia, que serve para reger os conflitos. Trata-se de um poder passível de ser conquistado mediante ações na sociedade civil, como a difusão de uma nova visão de mundo, a criação de uma nova hegemonia, que facultam a tomada do poder de Estado por grupos religiosos em aliança com determinadas classes sociais.

A redução dos conceitos gramscianos ao Brasil contemporâneo é feita com o apoio de comentadores (COUTINHO, 2007; NERES, 2012; CASIMIRO, 2019) e com o uso da imaginação sociológica. Tentaremos mostrar que a atuação política da Frente Parlamentar Evangélica pode ser interpretada como se tratando de uma disputa de hegemonia no contexto sociopolítico nacional. Em outras palavras, uma luta pelo controle do Estado brasileiro mediante a sistematização e difusão de uma visão de mundo conservadora, a constituição de aparelhos privados de hegemonia e intelectuais orgânicos, a organização partidária (bancada evangélica) e suprapartidária (FPE), a articulação com grandes grupos econômicos privados e privatistas em defesa de um projeto de dominação dos subalternos e de regressão neocolonial para o país (SAMPAIO-JÚNIOR, 2017), ao invés de um projeto emancipatório.

O texto foi dividido em quatro partes, contando esta introdução. A seguir, na segunda parte, discutimos as recentes transformações ocorridas na gestão da FPE, como a eleição do pastor Silas Câmara em abril de 2019, a criação da página oficial da Frente

Parlamentar Evangélica no Facebook, com a transmissão ao vivo dos cultos semanais e publicações que apontam para um certo protagonismo da Frente no cenário político.

Na terceira parte, discutimos a relação de uma série de eventos ocorridos no segundo semestre de 2019 doravante – como o conjunto de conferências “O Brasil sob a perspectiva cristã” e o programa *Capitol Ministries* – como parte de um contexto mais amplo de atuação da FPE. Consoante ao planejamento de atuação da FPE na 56ª legislatura, apresentamos, na terceira parte, os principais pontos do *Manifesto à Nação: O Brasil para os brasileiros*, documento lançado em outubro de 2018 com as propostas da Frente para o que se pretende chamar de construção do “Novo Brasil que todos queremos” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, p. 2). Questionamos o protagonismo da FPE como um projeto de poder para a nação brasileira, pois algumas características desse projeto sinalizam ações políticas que estão muito além das pautas morais e dos costumes. Por fim, na quarta parte, são feitas as considerações finais.

Protagonismo da Frente Parlamentar Evangélica no governo Bolsonaro

No primeiro semestre de 2019, a FPE passou por algumas mudanças, entre elas, a presidência da Frente, que foi assumida pelo deputado federal Silas Câmara (PRB-AM), pastor da Assembleia de Deus. Outra novidade foi a aprovação do novo Estatuto da FPE, no dia 08 de maio de 2019, noticiada por meio de publicação na página *on-line*. O Estatuto reformulado ainda não foi divulgado na íntegra, contudo, uma publicação no Facebook garante que “O novo estatuto une a defesa da família e dos princípios cristãos. Todo e qualquer projeto que tenha a ver com esses dois temas terá a união de todos em sua defesa” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019a, *on-line*).

Também cabe destacar o protagonismo político que a Frente Parlamentar Evangélica vem assumindo no governo Bolsonaro e que ganha visibilidade por meio de sua página no Facebook, atualmente utilizada como principal meio de divulgação das atividades dessa organização. A página possui 4.082 curtidas e 4.427 seguidores⁴, foi criada no dia 01 de abril de 2019 e até o dia 31 de outubro de 2019 foram contabilizadas 209 publicações. A FPE apoiou oficialmente Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 (BÔAS, 2018) e vem realizando uma série de ações em defesa do atual governo e dos próprios interesses que denotam o protagonismo da Frente.

A página do Facebook também é utilizada semanalmente para divulgação dos convites e dos cultos da FPE, que ocorrem às quartas-feiras na Câmara dos Deputados. De acordo com Duarte (2012), autor de uma etnografia dessas reuniões no período de março a julho de 2010, os cultos são relativamente antigos. No entanto, observamos que

⁴ A checagem foi realizada no dia 07 de julho de 2020.

eles ganham visibilidade em 2019, quando passam a ser transmitidos ao vivo por meio das mídias sociais. Todas as reuniões contam com grande número de visualizações, curtidas, compartilhamentos e comentários. No período analisado, foram transmitidos 27 cultos, a maior parte deles ficou entre a marca de 500 e 1.500 visualizações.

Com base nas publicações no Facebook e na análise da ata de eleição e posse da nova diretoria da FPE (CONGRESSO NACIONAL, 2019), observamos um movimento da FPE em prol da construção de uma imagem que sustenta a existência de consenso entre seus integrantes, como aponta o segundo registro de publicação na página com a atualização da foto de capa junto ao *slogan* “Juntos em uma só ‘voz’” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019b). Entretanto, é importante ressaltar que a categoria *evangélico* no plural é marcada por tensões e discordâncias em função das diversas denominações que compõem esse grupo, bem como as divergências⁵ quanto aos posicionamentos ideológicos e partidários (BURITY, 2018).

Segundo a ata de eleição⁶ e posse da nova diretoria da FPE (CONGRESSO NACIONAL, 2019), realizada em 27 de março de 2019, na Câmara dos Deputados, um dos candidatos ao cargo, o deputado federal Cezinha Madureira (PSD-SP), declarou na ocasião que, tal como outros cinco parlamentares que retiraram a candidatura, “[...] também primava pelo consenso e sendo assim retirava sua candidatura para apoiar o deputado Silas Câmara porque também estaria aqui para somar por serem todos homens e mulheres de Deus que teríamos que primar pela unidade” (CONGRESSO NACIONAL, 2019, p. 3).

Refletimos que tal diligência por coesão no interior da FPE pode apontar para uma busca por hegemonia, uma vez que, a despeito da pluralidade de denominações e partidos reunidos na Frente, todos os integrantes seguem a crença em um mesmo Deus e

⁵ Trevisan (2013) salienta que a FPE se articula estrategicamente para votar projetos de interesse de uma maioria dos parlamentares, no entanto, há aqueles membros da Frente que se colocam à margem desse jogo político. Segundo a autora, “há aqueles que preferem não misturar sua fé com a política e reclamam da cobrança que recebem, não somente da Frente, como também da sociedade em geral, das igrejas” (TREVISAN, 2013, p.41). Também de acordo com Almeida (2017), os parlamentares da Igreja Universal são menos propositivos nas questões morais e já se posicionaram a favor de pesquisas com células-tronco embrionárias e favoráveis ao aborto nos casos já permitidos pela legislação brasileira, tais como estupro, situações de perigo para a gestante e casos de fetos anencéfalos. Analisamos, porém, que é necessária uma investigação mais aprofundada do comportamento da FPE nas últimas legislaturas a fim de determinar o nível de coesão entre seus membros no momento das votações, o que não é a pretensão neste artigo.

⁶ É relevante mencionar que a eleição de 2019 foi a primeira na história da FPE a ser decidida no voto e não no consenso, fato que a mídia retratou como falta de harmonia entre os parlamentares em torno de um nome para assumir a presidência da Frente (BALLOUSSIER, 2019; PORTINARI, 2019).

partilham uma plataforma comum de interesses, apesar das divergências doutrinárias existentes, como será visto adiante. De acordo com Gramsci (1999), a hegemonia pressupõe uma relação pedagógica, na qual o grupo dominante exerce a função de domínio e direção intelectual e moral por meio do consenso, que é estabelecido a partir da difusão de sua concepção de mundo, e da coerção mediante o aparato estatal. Entendemos que, apesar das tensões que podem existir no jogo político entre os próprios parlamentares, a prática política dos filiados a FPE é orientada pela retórica dos preceitos cristãos, que a entidade reclama para si. Conforme consta no estatuto da organização, cabe a seus membros:

Procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, **combinados com os propósitos de Deus e conforme Sua Palavra** (CONGRESSO NACIONAL, 2019, p. 6, *grifo nosso*).

Entendemos que a FPE, a fim de superar as possíveis divergências em virtude da pluralidade de partidos que compõem o grupo, vem trabalhando na construção de um programa mínimo, baseado nos preceitos bíblicos, com vistas à formação de uma vontade política que viabilize a disputa pela hegemonia. A leitura dos materiais produzidos pela organização torna patente a existência de uma intenção que visa transmitir para a população a mensagem de que a FPE possui um projeto de trabalho muito consolidado capaz de contemplar, indistintamente, a todos os evangélicos e, no limite, cristãos, o que reforça, nesse sentido, a busca pela hegemonia no sentido de imposição de novas relações de dominação e não do ponto de vista da emancipação das classes populares.

No contexto de atuação da FPE, é recorrente a organização se posicionar contra projetos de lei que versam sobre a chamada “ideologia de gênero”, como é o caso do Projeto de Lei 672/2019, que altera a legislação 7.716, de 5 de janeiro de 1989, com

⁷ Termo criado por lideranças católicas e intelectuais laicos ao longo da década de 1990. Começou a ser difundido na América latina, em 1998, a partir da Conferência Episcopal da Igreja Católica do Peru. A disseminação da categoria pode estar associada à ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos na América Latina. Ela vem servindo como ponto de convergência de distintos grupos de interesse que lutam contra o avanço desses direitos pleiteados pelo movimento feminista e LGBTQ+ (MISKÓLCI, 2018).

vistas a incluir os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero. No texto de divulgação, convocando os parlamentares para a votação (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019c), constava que membros da FPE estariam realizando um levantamento de projetos em tramitação na Câmara dos Deputados, versando sobre a temática para que os parlamentares evangélicos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pudessem “dar os devidos encaminhamentos” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019c). Na visão da FPE, a ideologia de gênero é um dos problemas da educação brasileira (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018).

A Frente também tem procurado se manifestar sobre decretos e leis de caráter geral e não religioso, conforme mostra a publicação do dia 21 de junho de 2019, versando sobre o posicionamento da FPE a respeito do decreto de armas (Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019⁸) (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019d). Mediante a postagem, esse assunto ainda não teria sido discutido entre os membros da Frente e, por isso, não se poderia divulgar um pronunciamento oficial em nome de todos os parlamentares. Contudo, Silas Câmara, como presidente da FPE, declarou que os evangélicos são favoráveis à proteção da vida e da propriedade privada, logo, “[...] se impõe a criação de mecanismos que possibilitem ao cidadão de bem efetivamente proteger seus bens, sua vida e a de seus familiares” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019d). Uma declaração ambivalente que se posiciona em defesa de um dos pilares da ordem burguesa, o direito de propriedade dos meios de produção. Novamente, a afirmação da unidade de pensamento e ação se coloca à frente do posicionamento individual.

Passados quatro dias dessa declaração não oficial, parlamentares da FPE se reuniram para discussão do decreto de armas, citado anteriormente, que estava em tramitação na época. Esse decreto versava sobre a ementa cujo objetivo era regulamentar a Lei nº. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre posse, cadastro e comercialização de armas de fogo no país. No mesmo dia, a FPE divulgou uma nota oficial em sua página no Facebook, afirmando sobre o entendimento de que alguns pontos do decreto seriam inconstitucionais. Mas a nota afirmou o apoio ao governo Bolsonaro, reiterando o “entendimento do direito à posse de arma para todo o cidadão de bem que deseje tê-la” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019d).

É notável o interesse da Frente por temas que vão além do escopo religioso, como nessa questão da defesa da posse de armas e do direito de propriedade de modo abstrato. Podemos observar, ainda, que a menção a referências bíblicas no discurso

⁸ Esse foi revogado pelo Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019.

político tem partido de ocupantes de altos cargos no governo Bolsonaro, fenômeno que parece sugerir a hegemonia do discurso religioso como meio de legitimar as decisões políticas tomadas, assegurar o apoio de forças políticas religiosas e, sobretudo, da população cristã majoritária no país. Conforme trecho da publicação na página da FPE, no dia 04 de julho de 2019, o novo ministro Chefe da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, em sua cerimônia de posse, “citou a Bíblia e disse que pede a Deus ‘a sabedoria de Salomão e a capacidade e articulação de José do Egito’”. (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019e).

Nesse sentido, é notável que a FPE tem adquirido mais força política para a defesa de suas pautas sob o governo Bolsonaro que, desde o início da corrida eleitoral de 2018, manifestou o seu compromisso com os evangélicos e demais cristãos, simbolizado em seu *slogan* de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. A aproximação do Presidente Jair Bolsonaro com os evangélicos é notória pela quantidade de membros dessas igrejas no primeiro escalão do Governo⁹, bem como por decisões polêmicas em favor das igrejas, como a tentativa de intervenção na Receita Federal, com o pedido de perdão de dívidas bilionárias que igrejas cristãs brasileiras possuem com o Fisco (TOMAZELLI, FERNANDES, 2020).

Entendemos, assim, que a relação entre o executivo e a FPE é importante no processo de busca pela hegemonia da Frente ao mesmo tempo em que é fundamental para o governo Bolsonaro, que passou por uma série de crises, envolvendo exoneração de ministros¹⁰ e denúncias de crimes contra seus filhos¹¹, e que enfrenta um alto índice de

⁹ Até julho de 2020, os seguintes membros evangélicos chefiavam ministérios: a pastora batista Damares Alves, no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; o luterano Onyx Lorenzoni, no Ministério da Casa Civil; o membro da Igreja Maranata Marcelo Álvaro Antônio, no Ministério do Turismo; o membro da igreja batista e general Luiz Eduardo Ramos, na Secretaria de Governo; o pastor presbiteriano André Luiz Mendonça, no Ministério da Justiça; e o pastor da igreja presbiteriana Milton Ribeiro, no Ministério da Educação (CUNHA, 2019; G1, 2020; NUNES, 2020).

¹⁰ Segundo reportagem do jornal A Gazeta, o governo Bolsonaro contabilizou a queda de 10 ministros em apenas 18 meses de gestão. Desses, somente dois foram realocados em outros cargos administrativos federais (MORAIS, 2020).

¹¹ Três filhos do presidente Bolsonaro são atualmente investigados (BBC NEWS BRASIL, 2020). Conforme a notícia, Flávio Bolsonaro é acusado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) de chefiar um esquema de desvio de parte dos salários dos assessores em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro entre 2007 e 2018, caso que envolve o ex-assessor Fabrício Queiroz, preso no dia 18 de junho de 2020. Carlos Bolsonaro também é investigado pelo MP-RJ, suspeito de nomear assessores em seu gabinete como vereador, os quais nunca teriam exercido as funções. Já o deputado federal Eduardo Bolsonaro é investigado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News, instituída na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

reprovação (64%) como presidente da República, segundo pesquisa da consultoria Atlas, de maio de 2020 (FREITAS, 2020). Ainda segundo o levantamento, entre os 33% satisfeitos com o desempenho de Bolsonaro, grande parte pertence ao público evangélico, o que reforça o papel da Frente Parlamentar Evangélica como importante base aliada no e do governo.

Foram várias publicações de divulgação de encontros de integrantes da FPE junto a ministros do atual governo e até com o presidente da República. Isso mostra que a Frente tem se movimentado para orientar ativamente as decisões governamentais, sem esconder as intenções de submeter as políticas públicas aos princípios cristãos. Isso pode ser observado na postagem, do dia 30 de abril de 2019, de uma foto reunindo Silas Câmara, o deputado Marco Feliciano e o presidente Jair Bolsonaro (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019f). Os três realizaram uma reunião cuja pauta foi a inclusão de incentivos da Lei Rouanet para eventos evangélicos, como a Marcha para Jesus, evento que é realizado na cidade de São Paulo desde o ano de 1993¹². Na ocasião, a publicação reforçava o compromisso de Bolsonaro com os evangélicos, de que não cobraria qualquer tipo de imposto de igrejas¹³, bem como com as bandeiras levantadas pela FPE.

As publicações no Facebook também registram diversos eventos nos quais o presidente Bolsonaro esteve reunido com parlamentares da Frente. No dia 10 de julho, por exemplo, Bolsonaro participou de culto da FPE (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019g), na ocasião anunciou que o próximo ministro do STF seria “terrivelmente evangélico”, declaração que repercutiu na imprensa nacional¹⁴. Tal aproximação é notória, posto que, um dia após a cerimônia religiosa, o presidente Bolsonaro – durante o café da manhã no Palácio do Planalto – solicitou que membros da FPE enviassem ideias de projetos legislativos para o governo. Segundo as próprias palavras do Presidente, as ideias vindas desses parlamentares poderiam ser “maravilhosas” (CURY, 2019). Verifica-se, assim, que há uma sinergia entre o atual governo e a Frente, base de apoio importante desde as eleições, cujo discurso ideológico

¹² Ver: marchaparajesus.com.br. Acesso: 25 de novembro de 2019.

¹³ Em abril de 2019, o secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, concedeu uma entrevista ao jornal Folha de São Paulo, afirmando que o governo planejava instituir uma nova taxa no plano de reforma tributária, a qual também incluía as igrejas. Na época, a Frente Parlamentar Evangélica reagiu negativamente à notícia, que foi desmentida pelo presidente Bolsonaro, logo em seguida, por meio da publicação de um vídeo em sua rede social (VERDÉLIO, 2019).

¹⁴ Ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>.

e normativo pretende representar a todos os evangélicos e, no limite, todos os cristãos do Brasil.

O Brasil sob a perspectiva cristã da FPE

A FPE também começou a realizar conferências em assembleias e órgãos estaduais do país no evento denominado “O novo Brasil na perspectiva cristã”. De acordo com publicação do dia 13 de agosto de 2019, quando ocorreu a primeira conferência, na sede da Assembleia de Deus, em Feira de Santana (BA), o objetivo é “reunir a liderança cristã da Bahia para a apreciação e discussão de temas relativos à situação político-administrativa brasileira, a participação dos cristãos como agentes transformadores da sociedade e liberdade de expressão” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019h). Entre os expositores, estão agentes técnicos instalados nos poderes legislativo e executivo do governo, como secretários, ministros e juizes, com o intuito de discutir ações estratégicas e o papel dos cristãos para a construção de um “novo Brasil”.

De agosto até o final do mês de outubro de 2019 ocorreram mais quatro eventos nas capitais Brasília, São Paulo, Porto Alegre e Manaus. Na última conferência – disponível *on-line* e transmitida ao vivo pelo canal no Youtube Boas Novas e divulgada na página da FPE no Facebook¹⁵ – a ministra Damares Alves foi uma das palestrantes, que iniciou a sua fala dizendo: “o Estado é laico, mas eu sou terrivelmente cristã”. Em seguida, ela afirmou que iria direcionar sua palavra naquela ocasião diretamente para os líderes.

Eu quero falar o que Deus está colocando no meu coração. Estou em casa? Então me permitam. Alguns anos atrás eu estive aqui com os líderes, e há alguns anos, o que nós tínhamos? [...] Nós só tínhamos o sonho e a fé de uma nova nação. E quantas vezes fomos chamados de loucos [...] O outro lado tinha a mídia, a televisão, tinha o cargo, tinha todo o dinheiro. [...] Nós falávamos que teríamos uma grande nação e a igreja orou [...] e olha aonde a nossa fé, a nossa oração nos trouxe... somos uma nova nação, somos uma grande nação! Queridos, e eu quero dizer para vocês que o nosso presidente Jair Bolsonaro nós temos um

15

Disponível em:
<https://www.facebook.com/boasnovasamoficial/videos/783850865367279/UzpfSTQwODAwMjIwNjQyNTEyND01MTk0MDgzMTE5NTExNzk/>.

grande líder governando essa nação. O nosso presidente é extraordinário! Um homem que tem um coração voltado ao céu! Um homem generoso, um homem extremamente inteligente e estrategista. Não pensem vocês que aquele homem que vocês veem na televisão não sabe o que está fazendo, ele sabe muito bem o que está fazendo [...] A eleição do presidente Bolsonaro não tem explicação lógica, nem humana. Estudiosos ficam tentando entender... estão botando agora a culpa nos robôzinhos... anjo virou robô [...] A única explicação da eleição do Bolsonaro vem lá dos bastidores... de partido pequeno, sem dinheiro, sem poder, sem nada... a única explicação: Deus ouviu a oração da Igreja! [...] (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019i).

Esse trecho da fala da ministra indica que a FPE alcançou o centro do poder ao apoiar Bolsonaro à presidência, valendo-se de justificativas transcendentais para esse suposto grande feito divino. Inclusive, a retórica marcada pelo discurso de ser o homem que tinha poucas chances de ser eleito, mas que venceu por ser o escolhido Deus – que é aquele que tem o poder para capacitar os seus escolhidos – foi repetida em culto da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, realizado no dia 30 de outubro de 2018, dois dias após a vitória de Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições. O pastor Silas Malafaia, preletor desta igreja, fez uma oração dita profética, mas antes ratificou, por meio de passagens bíblicas, que a explicação para a Vitória de um candidato considerado “louco”, de um partido de pouca expressão na arena política e que não se apoiava na imprensa oficial, estava no modo sobrenatural de Deus agir, que escolhe “as coisas loucas para confundir as sábias”, afirmou Malafaia e acrescentou “é por isso que Deus te escolheu”, disse ao Bolsonaro (MALAFAIA, 2018, *online*).

Na nossa avaliação, os modos de apropriação da retórica religiosa no discurso do governo e de seus apoiadores religiosos, como o pastor Silas Malafaia, têm diversos significados, os quais esse estudo não objetiva esgotar. De todo modo, evidenciam tentativas de desqualificar o anterior governo petista, derrubado por *impeachment*, e a oposição de esquerda associando-os a elementos pertencentes à esfera do maligno, ou seja, aquilo que deve ser exorcizado, como a corrupção, a suposta “ideologia comunista” – associada diretamente aos governos de esquerda – e as políticas públicas ligadas à “ideologia de gênero”, que simbolizam uma afronta aos valores morais da família

tradicional. Essa visão da política esposada pela FPE lembra-nos de Carl Schmitt (2008), que concebe a política como a construção e, se necessária, a eliminação do inimigo.

Outro acontecimento importante nesse contexto de protagonismo da FPE foi a divulgação, na forma de evento, do lançamento do livro *Constituição Federal à Luz da Bíblia*, realizado no Congresso Nacional, no dia 21 de agosto (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019j). O livro é de autoria de Besaliel Rodrigues, doutor em Direito e Teologia e professor do curso de Direito da Universidade Federal do Amapá. Logo na introdução da obra, está uma das justificativas para a sua publicação:

a atual conjuntura nacional, localizada nas últimas três décadas pós redemocratização e pós Constituição de 1988, está a exigir uma nova postura da comunidade jurídica diante disso, ou seja, os tempos modernos não toleram mais o desconhecimento, ou a pouca importância, dada ao Direito eclesiástico nacional (RODRIGUES, 2019, p. 15).

Trevisan (2013) já identificou em suas pesquisas a tendência de parlamentares da FPE buscarem qualificações técnicas ou jurídicas no sentido de justificarem suas propostas legislativas, sendo, portanto, essa uma estratégia de atuação para se tornar mais forte no Congresso Nacional. Tanto que, de acordo com a autora “[...] a formação jurídica de muitos parlamentares e assessores evangélicos os capacita a buscarem brechas na lei para justificar seus posicionamentos” (TREVISAN, 2013, p. 36). Algo muito semelhante ocorreu na Alemanha nazista, onde “todos y cada uno de los artificios de la democracia parlamentaria, todas y cada una de las instituciones liberales, disposiciones legales y lazos sociales y políticos se convirtieron en arma contra el liberalismo y la democracia” (NEUMANN, 1943, p. 62).

Ademais, podemos compreender, à luz do conceito gramsciano de *intelectual orgânico* (GRAMSCI, 2001), que parlamentares da FPE, bem como lideranças políticas no governo bolsonarista, têm buscado se qualificar e/ou se unir a especialistas, sobretudo da área jurídica, para trazer justificações técnicas que denotam certo caráter de laicidade para suas propostas legislativas de cunho religioso e conservador. Para Gramsci (2001), os intelectuais operam na esfera da sociedade civil e exercem uma função importante na disputa pela hegemonia de um dado grupo social. O autor define os intelectuais orgânicos como aqueles que desempenham uma função organizativa no grupo social ao qual estão vinculados, servindo como porta-vozes da sua classe de origem e difusores de sua concepção de mundo com vistas à conquista do poder mediante o consenso na sociedade.

Verificamos, nesse sentido, a existência de um movimento de legitimação do projeto de poder da FPE por parte desses intelectuais como tática para, driblando as formalidades institucionais, implementar a concepção de mundo religiosa que eles querem estabelecer. Concepção de mundo e projeto de poder que, a despeito da unidade e consenso afirmado pela FPE em torno deles, ao invés disso, não existem de antemão para as lideranças e a massa de evangélicos e cristãos, por isso têm exigido constante elaboração por parte da FPE, como estamos tentando demonstrar.

Outro episódio importante, nesse contexto de luta por hegemonia – isto é, de disputa pelo controle do poder de Estado e de direção intelectual e moral na sociedade (GRAMSCI, 1999) – é o lançamento do *Capitol Ministries* no Brasil, um programa norte-americano, cujo objetivo é converter políticos para o cristianismo protestante. O programa foi lançado no dia 29 de agosto de 2019, no salão nobre da Câmara dos Deputados (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019k). No dia anterior ao evento, o fundador do *Capitol Ministries* nos EUA participou como pregador no culto da FPE com o apoio de um tradutor (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019l).

Segundo informações do site¹⁶ desse programa, o ministério surgiu em 1996, nos Estados Unidos, e já foi implantado em 24 países estrangeiros, incluindo o Brasil. A principal justificativa é que a nação será abençoada caso seus governantes sigam os princípios bíblicos nas suas tomadas de decisão. Segundo declaração do líder do ministério no Brasil no dia do evento, pastor Raul Ferreira,

O pastor Ralph¹⁷ sempre diz que é assim, atingindo os primeiros, atingindo os cabeças, que nós vamos reconstruir a nossa nação dentro de uma perspectiva evangélica. Nós não queremos impor o evangelho às pessoas e nem criar um Estado religioso – o Estado é laico e vai continuar sendo laico – mas nós sabemos da importância da palavra de Deus para que o nosso país viva dias diferentes, maravilhosos, como nós tanto esperamos (DIÁRIO BRASIL, 2019, *online*).

Os estudos bíblicos já vêm acontecendo no Congresso desde setembro de 2019, segundo notícia divulgada no site do próprio ministério estadunidense¹⁸. Mediante informações do site, esses estudos são a versão traduzida dos que são aplicados no Gabinete da Casa Branca, nos EUA. No Brasil, o pastor Ferreira é o responsável pela

¹⁶ Ver: <https://capmin.org/>.

¹⁷ Ralph Drollinger, presidente do Capitol Ministries nos EUA.

¹⁸ Ver: <https://capmin.org/brazil-ministry-leader-capitol-ministries-is-from-the-heart-of-god/>.

ministração desses estudos. Na citação há um jogo de palavras que, ao mesmo tempo, afirma e nega a laicidade do Estado; nas entrelinhas, manifesta-se o desejo de refundar a nação de uma perspectiva evangélica, atuando de forma discreta dentro do aparelho Estado.

Além do Capitol Ministries, observamos, conforme as publicações na página do Facebook, que a FPE se aproximou de outras 13 entidades privadas¹⁹ com o objetivo de realizar alguma ação conjunta, como reuniões ou eventos, no período analisado. Vale destacar a atuação do Fórum Evangélico de Ação Social e Política (FENASP), que, de acordo com informações de seu site, ocorre por meio do “acompanhamento dos projetos de lei que possam interferir nos valores e princípios cristãos” (FENASP, 2020, *on-line*), o que coaduna com a concepção de mundo que vem sendo difundida pela FPE. Também é relevante a aproximação da Frente com a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure) – fundada em 2012 – a qual surgiu com o propósito de combater projetos como o PLC 122, conhecido como lei anti-homofobia.

Com base nisso, interpretamos esse movimento da FPE com base na noção gramsciana de estado ampliado, ou, nas palavras de Gramsci, “Estado em sentido orgânico e mais amplo” (GRAMSCI, 2007, p. 244). Compreendemos, desse modo, que, junto ao aparelho de Estado, existe a atuação indissociável de aparelhos privados de hegemonia²⁰ como, a propósito da matização dessa discussão, Flávio Casimiro (2019, p. 129) cita, com base em informações do IBGE e do IPEA, a existência de cerca de 290,7 mil aparelhos privados de hegemonia no Brasil no ano de 2010, sendo 28,5% do total composto por Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos de caráter religioso.

Casimiro (2019), por meio de uma investigação centrada no período de 1980 a 2014, demonstrou que as frações de classe da burguesia brasileira atualizaram os seus mecanismos de dominação, atuando conjuntamente com uma série de aparelhos privados

¹⁹ As entidades em atuação com a FPE no período analisado (abril a outubro de 2019) são: Aliança Pró Capelania Militar Evangélica Do Brasil (ACMEB); Convenção da Assembleia de Deus no Brasil (CADB); Conselho Apostólico Brasileiro (CAB); Seminário Teológico Batista Goiano (STGB); União de Homens Batistas da América Latina; Convenção Batista Goiana; Convenção das Assembleias de Deus do Estado da Bahia (CEADEB); Capitol Ministries; Sociedade Bíblica do Brasil (SBB); Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal (COPEV-DF); Fórum Evangélico de Ação Social e Política (FENASP); Fundação Lemann; Faculdade Boas Novas e Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure).

²⁰ Para Gramsci (2007), os aparelhos privados de hegemonia abarcam o conjunto de organizações da sociedade civil que atuam junto ao aparelho governamental dentro da sua noção ampliada de Estado. Liguori (2017) esclarece que esses aparelhos aparecem muito citados na obra gramsciana como “aparelhos hegemônicos” e são aqueles que trabalham em prol de uma “reforma filosófica”, pois são os responsáveis por difundir a ideologia do grupo na disputa pela hegemonia.

de hegemonia para difusão da ideologia neoliberal e manutenção do consenso. Nesse contexto, o autor ratificou que a transição democrática brasileira não significou o rompimento com antigas estruturas de dominação, uma vez que a burguesia brasileira, ao perceber o movimento de transição da ditadura para a democracia, estabeleceu um plano estratégico a fim de defender seus interesses.

Outra ação da FPE, também divulgada em sua página na rede social, foi a aprovação de recursos públicos para a construção do Museu Nacional da Bíblia. A primeira publicação sobre o assunto foi realizada no dia 29 de agosto (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019m). No dia 14 de outubro, foi divulgado que a obra está prevista para ser entregue em 2022, com previsão de custo de 63 milhões de reais (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019n) e no dia 31 do mesmo mês foi anunciado o cronograma de início das obras (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019o).

O volume expressivo de recursos destinados a essa obra, em contexto de crise financeira e ajuste fiscal – corte de verbas para áreas essenciais como educação e ciência –, parece indicar três coisas: a forte presença dos valores religiosos para fins políticos na gestão de Bolsonaro; a sinergia entre governo e uma de suas importantes bases de apoio; por fim, um passo adiante na afirmação da FPE da unidade e coesão entre evangélicos e cristãos, os quais têm a bíblia como livro sagrado, e, em breve, se tudo ocorrer como previsto, no ano da próxima eleição, inaugurarão um Museu Nacional para venerá-la.

FPE e um projeto de poder para o Brasil

De acordo com Dip (2018), existe um projeto de poder em curso, protagonizado por lideranças ligadas principalmente às igrejas Universal e Assembleia de Deus, para influenciar diretamente nas legislações e políticas públicas do país. Segundo dados levantados pela autora nos anos de 2014 a 2017, havia 228 projetos de lei em tramitação com algum caráter religioso, sendo 29 deles contra diversidade de gênero e direitos LGBTQ+ e 26 contra direitos reprodutivos das mulheres.

Ao que indica a postura da Frente Parlamentar Evangélica na 56ª legislatura, a sua atuação em prol da construção de um “novo Brasil” pretende extrapolar o tradicional campo da moralidade. É o que aponta o documento *Manifesto à nação: O Brasil para os brasileiros* (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018), lançado pela FPE em outubro de 2018, antes do resultado do segundo turno das eleições. O manifesto, contendo quatro eixos principais (Modernização do Estado, Segurança Jurídica, Segurança Fiscal e Revolução na Educação), possui a proposta de ser a base a atuação da FPE de 2019 a 2023.

O documento é apresentado como um planejamento estratégico, cujo objetivo é “oferecer soluções para os principais gargalos do desenvolvimento nacional” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, p. 2). No manifesto, a proposta de modernização estatal é condizente com a retórica econômica neoliberal do Estado mínimo ao ressaltar que o Estado brasileiro é excessivamente intervencionista e possui uma estrutura demasiado grande que prejudica o desenvolvimento do país. O funcionalismo público em geral também é criticado por dispor de uma série de privilégios, todavia, o documento não discrimina quais categorias são privilegiadas e por quais motivos.

Ainda no eixo de modernização, há a sugestão de enxugamento dos ministérios para um total de 15, visão que vai ao encontro da atual gestão do governo Bolsonaro, que reduziu o número de ministérios de 29 para 22 por meio da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 (BRASIL, 2019). Conforme o planejamento da FPE, a pasta de Direitos Humanos²¹ deveria ser extinta e colocada como braço no Ministério da Justiça, assim como deveriam ser eliminados os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, os quais integrariam o Ministério do Agronegócio. Há ainda a proposta de agregar as pastas da Educação, da Cultura, do Desporto e da Ciência e Tecnologia em um único ministério. Nesse sentido, é notório que tais proposições coadunam com a política econômica, educacional e ambiental do governo Jair Bolsonaro.

A FPE também defende a utilização de mão de obra terceirizada no serviço público tendo em vista “a modernização das leis trabalhistas” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, p. 9), além do uso intensivo de videoconferências e a exploração da modalidade de teletrabalho. Na visão da Frente, o Estado só deve atuar na esfera econômica quando a iniciativa privada não o puder fazer, cabendo ao governo federal monitorar as parcerias público-privadas. Além disso, a ideia é transferir serviços essenciais na área da saúde para o capital privado, colocando Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) sob a administração de empresas particulares com a justificativa de que muitas apresentam mau funcionamento por ausência de recursos públicos.

No eixo da segurança jurídica, a visão da FPE é que a legislação brasileira, na área administrativa, privilegia o Estado, que, em contratos com a iniciativa privada, possui o direito de rescindir em prol do interesse público. Esse fato, de acordo com o documento, afasta o investimento estrangeiro no país e traz insegurança jurídica sobretudo à iniciativa privada. Nesse sentido, a Frente propõe o aperfeiçoamento da lei

²¹ No governo Bolsonaro, esta pasta passou a ser chamada Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, encarregada pela ministra Damares Alves.

brasileira a fim de que possa haver respeito aos contratos “como direito fundamental dos cidadãos e das empresas” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, p. 30-31).

No que diz respeito à segurança fiscal, um dos itens propostos pela FPE é o que foi chamado de “justiça fiscal”, isto é, a diminuição dos impostos estabelecidos para as empresas, a fim de que o Estado priorize os investimentos na área de empreendedorismo. Nesse item, a Frente também defende uma modernização previdenciária, com regras iguais de aposentadoria para os setores público e privado, uma vez que o primeiro é tido como privilegiado. E coloca que um dos grandes entraves econômicos diz respeito às barreiras protecionistas no mercado de importações, logo, o país precisaria reduzir os seus níveis tarifários para se tornar mais aberto à concorrência internacional.

Por fim, o eixo revolução na educação traz como premissa “a construção de um novo sistema educacional” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, p. 52). Aqui, a visão da FPE é que a educação pública, principalmente, foi corrompida, nas últimas décadas, pela ideologia partidária da esquerda, o que também teria representado um ataque ao cristianismo e à meritocracia. Nesse sentido, para a Frente Parlamentar Evangélica, é necessário alcançar uma escola sem ideologia e sem partido, o que significa: “Libertar a educação pública do autoritarismo da ideologia de gênero, da ideologia da pornografia, e devolver às famílias o direito da educação sexual das suas crianças e adolescentes. Defender o direito à inocência da criança como direito humano universal” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, p.54).

Tais informações indicam uma agenda de uma “contrarreforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2007) por parte da FPE, uma vez que as transformações propostas não rompem as antigas estruturas de dominação, em vez disso almejam aperfeiçoá-las sob a égide das políticas econômicas neoliberais. Isso fica evidente não apenas mediante o protagonismo observado em sua página no Facebook ao levantar suas bandeiras, nem somente no parlamento na votação das pautas morais e dos costumes, mas também pelas propostas de cunho educacional e econômico evidenciadas em seu manifesto de 60 páginas.

A imposição de uma contrarreforma intelectual e moral passa pela mudança no sistema de educação pública do país, vontade essa evidenciada no manifesto, bem como nas articulações da FPE para apoiar o projeto Escola sem Partido (PL 7180/2014). Além disso, notamos que a aproximação da Frente com a Fundação Lemann, tendo em vista reunião ocorrida no dia 18 de setembro de 2019 com registros fotográficos em publicação no Facebook (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019p), evidencia um passo em direção ao plano de promover transformações privatizantes e de cunho religioso nas políticas educacionais do País. Inclusive, a pesquisadora Magali

Cunha analisa, em entrevista, que essa reunião é um importante sinalizador das intenções da bancada evangélica no campo educacional, já que a Fundação Lemann encampa o movimento “Todos Pela Educação”, cuja proposta vai ao encontro do desmantelamento da educação pública e de privatização do setor (FACHIN, 2019).

Gramsci (2007, p. 351) apontou, nos cadernos do cárcere, a necessidade de investigação acerca do “nascimento de novos partidos dos grupos dominantes para conquistar o poder de Estado e manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos”. Ao contrário do Cristianismo da Libertação (LOWY, 2016) que pretende lutar pela emancipação dos subalternos na América Latina, a FPE vai numa direção diametralmente contrária, no sentido da imposição de uma pauta moralista, reacionária e conservadora no plano dos costumes e de uma agenda ultraliberal no plano econômico, identificada a uma suposta teologia da prosperidade, na verdade, tal como se apresente no Manifesto da FPE, um arremedo das políticas econômicas do ministro da economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, que atendem aos interesses do grande capital monopolista e financeiro internacional.

Trata-se de um projeto que, tanto na dimensão dos costumes quanto econômica, coloca-se frontalmente contrário à laicidade do Estado, à democracia, ao desenvolvimento e à soberania nacional, contrário aos interesses de classe dos subalternos no atual contexto brasileiro. Falamos da população LGBTQ+; dos negros, indígenas e quilombolas; das mulheres; das religiões de matriz africana e outras que não pertencem à base do cristianismo; entre outros segmentos sociais que são ameaçados por projetos de lei em curso cujo objetivo é cercar direitos e liberdades. Podemos citar, ainda, professores e pesquisadores das ciências humanas. A exemplo, temos o projeto Escola sem Partido – PL 7180/2014 –, que ameaça a liberdade de ensino, sobretudo das disciplinas de sociologia e filosofia; projetos que se colocam como contrários à ideologia de gênero; projeto de criminalização do aborto em qualquer situação – PL 2893/2019, de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL), que revoga o dispositivo que versa sobre o aborto necessário e aborto em casos de estupro –, entre outros.

Desse modo, consideramos que a FPE vem atuando como partido político de uma nova ordem que vem sendo gestada desde os anos 1990 no Brasil com as políticas econômicas neoliberais. Do prisma gramsciano, trata-se do partido da “revolução passiva”, o partido da contrarrevolução²², uma vez que essa atuação ocorre no sentido de destruir os pilares econômicos do Estado brasileiro que permitem, minimamente, civilizar o capitalismo sob o manto de uma teologia que não só reza em favor como também diz amém para o processo em curso de regressão neocolonial, de regressão econômica

²² Sobre a contrarrevolução no Brasil do século XX, ver: Shiota (2018).

sistemática, tal como define Plínio Sampaio Arruda Júnior (2017). Para Gramsci (1999), um processo de revolução passiva ocorre quando um grupo organizado, com a pretensão de conservar ou de tomar o poder, contempla de modo muito limitado os anseios populares de emancipação dos diversos arranjos de dominação impostos pela sociedade burguesa. Como indica Sampaio-Júnior (2017), esse processo é ainda mais dramático na periferia do capitalismo. Coutinho (2007) salienta que a noção de revolução passiva é relevante na análise de transformações ocorridas na história do Brasil, assim como pode ser bastante cara na interpretação de fenômenos contemporâneos.

Nesse cenário, o *Manifesto à nação: o Brasil para os brasileiros* aponta indícios significativos de que a FPE tem se colocado como Partido da Contrarrevolução, no sentido de propor uma agenda que sugere uma série de mudanças no âmbito ambiental e econômico – como a integração do Ministério do Meio Ambiente ao Ministério do Agronegócio, terceirização da mão de obra no serviço público e privatização de setores da saúde – as quais significam uma subordinação irrestrita à política imperialista e a destruição do Estado brasileiro. Desse modo, essas transformações se traduzem em uma contrarrevolução que, sob a ideologia da prosperidade, a manipulação dos anseios populares por uma vida digna, por emprego, moradia, direitos sociais e políticos, atende aos interesses mais perversos do grande capital monopolista e financeiro internacional.

Considerações finais

Os estudos de Trevisan (2013) indicam que a transição de uma bancada evangélica para Frente Parlamentar denota a força política dos parlamentares evangélicos enquanto grupo, atuação que demonstra uma articulação estratégica na votação de projetos de lei e uma clara intenção de influir diretamente na legislação brasileira. Machado e Burity (2015) identificaram, a partir de um conjunto de 58 entrevistas com lideranças religiosas brasileiras²³, que o conceito gramsciano de hegemonia é relevante para analisar a mobilização de evangélicos na arena política. A partir dos depoimentos das lideranças entrevistadas, os autores identificaram que o apoio de líderes evangélicos na eleição de parlamentares que os representassem ocorre, em grande medida, em função da disputa pela hegemonia no espaço político. Os evangélicos, ao perceberem que movimentos sociais e organizações lutavam pela legitimação de direitos e leis que estão na contramão de preceitos bíblicos – tais como a legalização do aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo – sentiram-se impelidos à “hegemonia como busca de permear espaços” (MACHADO; BURITY, 2014, p. 616).

²³ O estudo, realizado entre 2011 e 2012, reuniu pastores, missionários, bispos e presbíteros, alocados em Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, São Paulo, Brasília, Campinas e Rio de Janeiro.

Na interpretação dos autores, tal disputa de hegemonia não representaria a articulação de um projeto com vistas à conquista do poder de Estado, muito menos se configura como “um projeto abrangente preexistente” (MACHADO; BURITY, 2014, p. 616). Contudo, tentamos demonstrar que a atuação da FPE parece indicar que tal disputa pela hegemonia está para além da tentativa de permear espaços na arena política e tem como horizonte um processo de revolução passiva num contexto histórico de reversão neocolonial, de internacionalização e dependência maior da economia brasileira ao capital financeiro e às empresas multinacionais.

Neste artigo, mostramos o alinhamento da Frente Parlamentar Evangélica com o governo Jair Bolsonaro contra os avanços da legislação brasileira não apenas nas questões de ordem moral. No manifesto da FPE, *O Brasil para os brasileiros* (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018), há uma reivindicação de mudanças nas áreas jurídica, fiscal e educacional dentro de uma perspectiva de modernização para o país, em consonância com o credo neoliberal e as políticas do governo atual. Nesse contexto, justificamos que a FPE, ao mesmo tempo em que se apoia na elaboração de um programa mínimo de governo fundamentado nos preceitos cristãos de defesa da vida, da família e da moral, atua no sentido de abraçar pautas que atendam aos anseios gerais da população brasileira, com propostas que objetivam interferir nos planos econômico e educacional. É importante ressaltar, todavia, que somente a análise da práxis política da FPE, isto é, da sua atuação legislativa no Congresso Nacional, permitirá delinear mais concretamente os limites reais de seu projeto de poder, que foge ao escopo deste artigo.

Conforme foi evidenciado, a Frente Parlamentar Evangélica mobiliza-se enquanto um grupo que, embora apresente divergências e conflitos de ideias, tem um projeto de hegemonia e demonstra certa coesão na proposição e votação de projetos, sobretudo aqueles situados nas esferas da moral e dos costumes. Ademais, a religião parece ser instrumentalizada e usada para fins políticos no sentido da conservação do poder governamental adquirido nas urnas, como tática para legitimar decisões políticas junto à maioria cristã do eleitorado brasileiro, manter a coesão e sinergia entre governo e uma importante base de apoio.

Quando parlamentares evangélicos se constituem enquanto uma frente parlamentar, que possui ideologia, estratégias de ação, bandeiras bem consolidadas e seus próprios *intelectuais orgânicos* para difundir sua concepção de mundo, esse movimento não ganha a dimensão de um projeto? Não é nossa pretensão aqui tecer conclusões acabadas acerca do alcance dessa hegemonia. Porém, ao que parece, o trabalho ideológico da FPE compartilha da concepção de mundo difundida pelos aparelhos privados de hegemonia neoliberais, com propostas que apontam para a construção de um Estado mínimo, bem como a privatização do ensino superior e redução dos investimentos na educação pública,

interesses partilhados pelas frações de classe burguesa desde a década de 1980, mediante ratificou Casimiro (2019).

Portanto, vem sendo gestado um projeto de poder da FPE que extrapola o âmbito dos costumes e da moral, embora não tenha todos os seus contornos definidos, é um projeto de hegemonia que visa implementar uma forma de transformação social qualificada por Gramsci como “revolução passiva”, incapaz de contemplar os interesses populares. Tentamos mostrar que esse projeto envolve questões gerais, como indicam a defesa intransigente da agenda econômica neoliberal na sua forma mais regressiva, a adesão à posse de armas, a busca de conversão de políticos a FPE, a construção do Museu Nacional da Bíblia numa conjuntura de crise econômica. Embora, notamos também que a unidade e coesão nessa Frente é mais um desejo do que uma realidade, tal como as publicações no Facebook dão a entender. Nesse sentido, parece-nos que tanto o projeto de poder da Frente como a unidade dos evangélicos e cristãos estão sendo elaborados nas lutas travadas em defesa dos interesses que buscam representar.

Referências

- BALLOUSSIER, Anna Virginia. Racha entre igrejas marca disputa na bancada evangélica, estratégica para Bolsonaro. *Folha de São Paulo*, Rio de Janeiro, 11 mar. 2019. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/igrejas-disputam-comando-da-bancada-evangelica-estrategica-para-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 6 nov. 2019.
- BBC NEWS (Brasil). Quais são as investigações que envolvem os filhos de Bolsonaro?. *BBC News*, [S. L], 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52419855>. Acesso em: 9 jul. 2020.
- BÔAS, Bruno Villas. Frente Parlamentar Evangélica oficializa apoio a Bolsonaro. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 18 out. 2018. Política. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/10/18/frente-parlamentar-evangelica-oficializa-apoio-a-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019*. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. [S. L], 18 jun. 2019. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm. Acesso em: 24 jun. 2020.

CALGARO, Fernanda; MAZUI, Guilherme. Bolsonaro diz que vai indicar ministro 'terrivelmente evangélico' para o STF. *G1*, Brasília, 10 jul. 2019. Política, p. 53-76. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasília). *Discursos e notas taquigráficas*: Sessão: 139.2019. Brasília, 6 jun. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=139.2019&nuQuarto=131929&nuOrador=3&nuInsercao=3&dtHorarioQuarto=13:04&sgFaseSessao=&Data=06/06/2019>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasília). *Manifesto à nação*: O Brasil para os brasileiros. 2018. Disponível em: < <https://cdn.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2018/10/documento-da-bancada-evangelica.pdf> >. Acesso em 02 fev. 220.

CONGRESSO NACIONAL (Brasília). Câmara dos Deputados. *Requerimento 1.051, 17 de abril de 2019*. Requer registro da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional. [S.l], 17 abr. 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54010-integra.pdf. Acesso em: 13 nov. 2019.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A Nova Direita – aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: QUARTIN DE MORAES, João (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p.151-196.

CUNHA, Magali. Evangélicos conservadores são, hoje, prioridade no governo Bolsonaro. *Carta Capital*, [S. l], 9 out. 2019. Diálogos da Fé. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/evangelicos-conservadores-sao-hoje-prioridade-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 9 jul. 2020.

CURY, Teo. Bolsonaro pede a parlamentares evangélicos mais sugestões como mudanças na CNH e fim dos radares. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-pede-a-parlamentares-evangelicos-mais-sugestoes-como-mudancas-na-cnh-e-fim-dos-radares,70002918186>. Acesso em: 10 dez. 2019.

- DIÁRIO BRASIL. *Lançamento do Capitol Ministries no Brasil*. [S. l.]: TV Gênesis, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OcZ3-6iLGIM>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- DIP, Andreia. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- DUARTE, Tatiana dos Santos. A participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo brasileiro: ação política e (in) vocação religiosa. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 14, n. 17, p. 53-76, Jul./Dic. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/CienciasSociaisReligiao/article/view/31531>. Acesso em: 7 nov. 2019.
- ELEIÇÕES 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado. Brasília: DIAP, 17 out. 2018. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/28532-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>. Acesso em: 2 out. 2019.
- FACHIN, Patrícia. O Brasil dos evangélicos no poder. *Outras Mídias*, 23 de setembro de 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-brasil-dos-evangelicos-no-poder/>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- FERREIRA, Jorge. O presidente acidental. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo da nova república. Da transição democrática à crise política de 2016. Quinta república (1985-2016)*. p. 27-72.
- FREITAS, Carolina. Atlas: 64% dos brasileiros desaprovam desempenho de Bolsonaro como presidente, 33% aprovam. *Valor Econômico*, São Paulo, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/07/01/atlas-64percent-dos-brasileiros-desaprovam-desempenho-de-bolsonaro-como-presidente-33percent-aprovam.ghtml>. Acesso em: 8 jul. 2020.
- FREIRE, Américo. CARVALHO, Alessandra. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo da nova república. Da transição democrática à crise política de 2016. Quinta república (1985-2016)*. p. 119-161.
- FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Novo Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica foi aprovado. *Facebook*. 08 de maio de 2019a. Disponível em: <https://www.facebook.com/fparlamentarevangelica/posts/426037824621562>. Acesso em 10 nov. 2019.
- FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. *Facebook*. 01 de abril de 2019b. Disponível em: <https://www.facebook.com/fparlamentarevangelica/photos/a.408045579754120/408045556420789>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. FPE discute Projeto de Lei que trata de preconceitos e identidade de gênero. *Facebook*. 28 de maio de 2019c. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fparlamentarevangolica/posts/436756043549740>>.

Acesso em 10 nov. 2019.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. *Facebook*. 21 de junho de 2019d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fparlamentarevangolica/posts/450328018859209>>.

Acesso em 10 nov. 2019.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. *Facebook*. 04 de julho de 2019e. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fparlamentarevangolica/posts/457972468094764>>.

Acesso em 10 nov. 2019.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. *Facebook*. 30 de abril de 2019f. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fparlamentarevangolica/posts/421939311698080>>.

Acesso em: 10 nov. 2019.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Bolsonaro afirma que o próximo ministro do STF será “terrivelmente evangélico” durante Culto da Frente Parlamentar Evangélica. *Facebook*. 10 de julho de 2019g. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fparlamentarevangolica/posts/461281204430557>>.

Acesso em: 10 nov. 2019.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. *Facebook*. 13 de agosto de 2019h. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fparlamentarevangolica/posts/479148449310499>>.

Acesso em: 10 nov. 2019.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Conferência para Agentes Públicos e Políticos Cristão da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. *Facebook*. 19 de outubro de 2019i. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fparlamentarevangolica/posts/519408311951179>>.

Acesso em: 10 nov. 2019.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. *Facebook*. 21 de agosto de 2019j. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fparlamentarevangolica/posts/48335302223375>>.

Acesso em: 10 nov. 2019.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Frente Parlamentar Evangélica participa do lançamento do Capitol Ministries Brasil. *Facebook*. 29 de agosto de 2019k. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fparlamentarevangolica/posts/487631938462150>>.

Acesso em: 10 nov. 2019.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Transmissão ao vivo do culto da FPE. *Facebook*. 28 de agosto de 2019l. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fparlamentarevangelica/videos/2058168747623155/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Museu Nacional da Bíblia será uma realidade no Brasil. *Facebook*. 29 de agosto de 2019m. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fparlamentarevangelica/posts/487817881776889>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. *Facebook*. 14 de outubro de 2019n. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fparlamentarevangelica/posts/516053455619998>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. *Facebook*. 31 de outubro de 2019o. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fparlamentarevangelica/posts/528496357709041>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. *Facebook*. 19 de setembro de 2019p. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fparlamentarevangelica/posts/499399493952061>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FRESTON, PAUL. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. 1994. 303 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Um ministro “terrivelmente evangélico” a caminho do Supremo Tribunal Federal. *El País*, Brasília, 10 jul. 2019. Política. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/10/politica/1562786946_406680.html. Acesso em: 1 nov. 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. volume 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. volume 2. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. volume 3. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

G1. *Novo titular da Justiça é pastor evangélico e tem interlocução com ministros do STF*. G1, [S. l.], 28 abr. 2020. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/novo-titular-da-justica-e-pastor-e-tem-interlocucao-com-ministros-do-stf.ghtml>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

- LOWY, Michael. *O que é cristianismo da libertação?* Religião e política na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014.
- MALAFAIA, Silas. *Pastor Silas Malafaia - Bolsonaro ao vivo na igreja que sou pastor*. [S. l.], 30 out. 2018. You Tube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y2nZ1HDT450>. Acesso em: 14 ago. 2019.
- MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero. *Cadernos Pagu*, 53, 2018.
- MORAIS, Ana Clara. Weintraub é o 10º ministro a cair no governo Bolsonaro. *A Gazeta*, Espírito Santo, 19 jun. 2020. Política. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/weintraub-e-o-10-ministro-a-cair-no-governo-bolsonaro-0620>. Acesso em: 9 jul. 2020.
- NERES, Geraldo Magella. *Gramsci e o moderno príncipe: a teoria do partido nos cadernos do cárcere*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579833021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109216>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- NEUMANN, Franz. *Bebemoth. Pensamiento y acción en el nacional-socialismo*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1943.
- NUNES, Vicente. O pastor Milton Ribeiro é o novo ministro da Educação. *Correio Braziliense*, Brasília, 10 jul. 2020. Economia, p. 1. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/vicente/o-pastor-milton-ribeiro-e-o-novo-ministro-da-educacao/>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- ORO, Ari Pedro. Religião e política no Brasil. *Cahiers des Amériques latines*, 2005. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/cal/7951> >. Acesso em 31 out. 2018.
- PRANDI, Reginaldo ; SANTOS, Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempos Social*, v.29, n.9, São Paulo, 2017.
- PY, Fabio. *Pandemia cristofascista*. São Paulo: Recriar, 2020.
- PORTINARI, Natália. Aliado de Malafaia e rival da Madureira disputam frente evangélica. *O Globo*, Brasília, 25 mar. 2019. Brasil. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/aliado-de-malafaia-rival-da-madureira-disputam-frente-evangelica-23549859>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- SAMPAIO-JUNIOR, Plínio Arruda. *Crônica de uma crise anunciada: Crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: S-G Amarante Editorial, 2017.

- SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Teoria do Partisan. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- SHIOTA, Ricardo Ramos. *Brasil: terra da contrarrevolução*. Revolução brasileira e classes dominantes no pensamento político e sociológico. Curitiba: Appris, 2018.
- _____. Florestan Fernandes na Constituinte. *Revista Direito e Práxis*, vol. 5, n. 9, 2014, p. 545-550.
- TOMAZELLI, Idiana; FERNANDES, Adriana. Bolsonaro pressiona Receita Federal a perdoar dívidas de igreja evangélica. *Uol*, Brasília, 30 abr. 2020. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/04/30/bolsonaro-pressiona-receita-federal-a-perdoar-dividas-de-igreja-evangelica.htm>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro. *Numen*. Revista de estudos e pesquisas da religião, Juiz de Fora, v.16, n.1, p.581-609.
- VERDÉLIO, Andreia. Bolsonaro nega criação de imposto para igrejas. *Agência Brasil*, Brasília, 29 abr. 2019. Política. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-04/bolsonaro-nega-criacao-de-imposto-para-igrejas>. Acesso em: 12 dez. 2019.